

## *Carta dos Editores*

O presente número reúne um conjunto de artigos que trabalham, com diferentes metodologias e perspectivas teóricas, temas relativos ao desenvolvimento, enfatizando o papel do Estado e das instituições políticas e de governo.

No artigo que abre o volume, “Diferencial de capital humano e a indução de desigualdades no diferencial de produtividade do trabalho entre os estados brasileiros”, Vanecilda de Sousa Barbosa e José de Jesus Sousa Lemos apresentam uma discussão sobre capital humano e produtividade. Para isso, constroem um índice de saúde preventiva, aplicado às regiões do Brasil. Os resultados da pesquisa mostram, como esperado, que os estados do Sudeste e Sul são mais produtivos e contam com maior dotação do capital humano. No extremo oposto, os Estados do Norte e Nordeste mostram menores produtividade e dotação de capital humano. Nesse sentido, os autores estimam uma relação sinérgica entre variações de capital humano e produtividade nos diferentes Estados e regiões, na medida em que “as heterogeneidades associadas aos indicadores de capital humano se transmitem e recebem a interferência das heterogeneidades oriundas das produtividades”.

A seguir, Renata Lèbre La Rovere, Guilherme Santos e Ligia Inhan Matos, autores do artigo “Percepções sobre políticas para a promoção do empreendedorismo no Brasil e suas implicações para a discussão sobre capacidades estatais”, se debruçam sobre o debate sobre empreendedores no Brasil que, em sua opinião, oscila entre duas perspectivas. De um lado, a visão que considera que a atividade empreendedora resulta de capacidades individuais dos empreendedores; de outro, a perspectiva que ressalta a importância do contexto para o pleno desenvolvimento da atividade empreendedora. Partindo da consideração que ambas as visões complementares, o artigo apresenta uma pesquisa qualitativa com gestores de diferentes organismos públicos do Brasil, que mostra, de um lado, qual a percepção dos empreendedores sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo e, de outro, qual a agenda de políticas de apoio à atividade empreendedora no Brasil. Por fim, apresentam também uma discussão sobre as capacidades estatais necessárias para consolidar uma agenda de políticas de promoção do setor empreendedor, considerando que “...o leque de políticas de apoio ao empreendedorismo envolve não apenas o estímulo

às capacidades individuais dos empreendedores como também a promoção das capacidades estatais necessárias para promover o ambiente de negócios e criar um contexto favorável ao empreendedorismo e à inovação”.

Estela Maria Souza Costa Neves, autora do artigo “Governance, water security and citizenship in Brazil, 2019”, apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória sobre a segurança hídrica como objeto de política no Brasil, país que detém cerca de 12% da água doce disponível no planeta. Para tanto, faz uma ampla revisão do conceito de segurança hídrica à luz do critério de sustentabilidade, definida como a capacidade de assegurar aos humanos o ambiente limpo e disponibilidade de fornecimento de água. Neves analisa tanto as disposições constitucionais relacionadas à água como as iniciativas de políticas públicas nas esferas nacional e subnacional, em particular, o Plano Nacional de Segurança Hídrica. Nesse sentido, o artigo mostra as limitações da definição de segurança hídrica adotada pelo Estado – o qual prioriza a disponibilidade física de água, subestimando os elementos relacionados com o risco e a questão ambiental – e o caráter ambivalente da atuação pública no Brasil sobre a matéria. De particular importância na análise é o grau de atuação dos diferentes níveis, a debilidade dos mecanismos de negociação e a participação da sociedade civil – considerada por Neves “a grande ausente no Plano Nacional de Segurança Hídrica”. Nesse sentido, há um apelo à formação de um plano integral, consistente e democrático.

No artigo “Institutions and bureaucracy in Brazilian scientific and technological policy”, Daniel Francisco Nagao Menezes realiza uma análise da trajetória institucional e política das iniciativas em ciência, tecnologia e inovação do Brasil, a partir da criação do CNPq. Para tanto, o autor estuda o contexto e a dinâmica de institucionalização em diferentes momentos, desde a criação até a atualidade, centrando a análise na dinâmica interna da arena de decisão do Estado e suas restrições políticas. Menezes mostra que as relações entre comunidade científica e burocracia pública relacionada com a política de CeT passaram por diferentes momentos de estreitamento de relações com a burocracia pública, incluindo o insulamento burocrático nos anos 1960’s e o argumento do conhecimento especializado na atualidade. Em sua visão, essa dinâmica acabou por consolidar um processo que “blinda a arena da tomada de decisões dos interesses e opiniões que expressam amplamente as prioridades sociais”.

Na sequência, Herton Castiglione Lopes, Octávio Augusto Camargo Conceição e Adriano José Pereira, autores do artigo “Limites para a institucionalização de uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil: Uma análise das propostas *novo* e *social desenvolvimentistas*”, analisam o debate sobre desenvolvimento no Brasil focando nas principais correntes teóricas (social desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo). O artigo faz uma revisão da literatura, salientando potencialidades e limites de cada abordagem, para dar lugar a uma análise dos fatores, de ordem estrutural, que limitaram a institucionalização de uma estratégia de desenvolvimento nacional no Brasil, como os problemas para gerar “acordos coletivos capazes de colocar a indústria e o progresso técnico como eixos dinâmicos

do processo de desenvolvimento” e os limites que representam o baixo crescimento para a ampliação de uma agenda social. O artigo representa, nesse sentido, uma contribuição para refletir sobre a importância de institucionalizar as ideias em políticas públicas.

No artigo seguinte, “State-owned enterprises and foreign infrastructure investment in Brazil after the 2008 international financial crisis”, Fernando Amorim Teixeira e Gustavo Teixeira Ferreira da Silva analisam o papel de empresas privadas e do Estado em investimentos em infraestrutura. Focando especificamente na participação do BNDES, Eletrobras e de investidores estrangeiros em megaprojetos de infraestrutura no Brasil após a crise financeira internacional de 2008, realizam uma análise empírica setorial, utilizando dados do Banco Mundial sobre participação privada em infraestrutura. Os resultados demonstram que os dez maiores projetos realizados no setor elétrico brasileiro após 2008 tiveram a participação de capital estrangeiro, a maior parte com a participação do BNDES e da Eletrobras. Assim, o artigo conclui salientando os efeitos positivos da ação sinérgica do capital privado e empresas de propriedade estatal na necessária redução de risco para alavancar investimentos.

Por fim, Peter Evans, no ensaio “A tragédia política do Brasil” apresenta uma discussão sobre a trajetória política recente do Brasil. Para tanto, investiga a transição do impeachment contra a presidente Dilma Rousseff até a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, que assinalou uma expressiva mudança política desde o processo de redemocratização, na década de 1980. A análise se centra nas características dos diferentes momentos políticos, em particular, a agenda de políticas públicas inclusivas dos governos do PT, a ruptura democrática de 2016, que alçou Michel Temer ao poder, a implementação de seu regime regressivo de austeridade fiscal seguida da ascensão do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro e seu perfil fundamentalmente autoritário. A natureza das transições está explicada com base na especificidade das elites político-econômicas bem como na intensificação do receituário ortodoxo por Jair Bolsonaro acoplado a seu ministro da Economia, Paulo Guedes, vinculado à Escola de Chicago. O artigo recupera também elementos positivos que poderiam, potencialmente, gerar um contraponto à ideologia reacionária da coalizão neoliberal no poder desde o golpe parlamentar de 2016.

*Flavio Gaitán*  
*Roberta Rodrigues Marques da Silva*